

GESTÃO DE RISCO: AGRAVOS A SAÚDE DO TRABALHADOR DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA

Alexandre Cavalcante Diniz Junior (1); Kelly Cristina da Costa S de Azevedo (2); Lucas Barreto Pires Santos (3); Maria Bernadete de Sousa Costa (4)

1.Universidade Federal da Paraíba - alexandredinizjr@hotmail.com; 2.Universidade Federal da Paraíba - kellyazevedo.17@hotmail.com; Universidade Federal da Paraíba – lucasbarreto02@hotmail.com; 4.Universidade Federal da Paraíba - mbernadetesc@globo.com

Resumo: Objetivo: Analisar os riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho que interferem na saúde dos trabalhadores de enfermagem que atuam na atenção básica no município de João Pessoa-PB, Brasil. Metodologia: Configura-se uma pesquisa quantitativa, envolvendo 50 trabalhadores da equipe de enfermagem em exercício nas unidades de saúde dos distritos sanitários II, III,IV, no período de investigação, de setembro a novembro de 2017. Para a coleta de dados, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado. Na análise do material empírico, adotaram-se procedimentos estatísticos descritivos, e a discussão com base na literatura pertinente. Resultados: Constatou-se que 93% dos riscos ocupacionais segundo os participantes são biológicos, 65% físicos, 58% químicos, 30% são atribuídos a risco mecânicos e psicossociais e 15% ergonômicos. Verificou-se que 62% dos participantes seguem o protocolo de acolhimento de classificação de risco, e todos utilizam medidas de proteção padrão. Conclusão: Os trabalhadores de enfermagem da rede básica estão expostos às situações de risco e agravos de diferentes naturezas, que podem afetar a saúde e o desempenho dos mesmos no processo do cuidado, comprometendo a qualidade da assistência prestada.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador, Enfermagem, Gestão de risco, Atenção básica.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os aspectos relacionados à gestão de risco e os agravos a saúde do trabalhador despertam cada vez mais interesses, configurando-se como tema relevante para pesquisas voltadas para a prevenção e/ou redução dos referidos eventos, não somente entre os profissionais de saúde, como também entre gestores e responsáveis pela política sanitária, estendendo-se por entre os usuários do sistema e a população em geral.

Nas instituições de saúde, a gestão de risco consiste na aplicação sistêmica e contínua de políticas, procedimentos, condutas e recursos na avaliação e controle de riscos e eventos adversos que afetam a segurança, a saúde humana, a integridade profissional, o meio ambiente e a imagem institucional (MAGALHÃES, 2013).

A presença de risco no ambiente de trabalho varia de acordo com o tipo de bem ou serviço produzido, podendo ser atenuados por medidas de proteção coletiva e ou equipamentos de proteção individual, mas são inerentes aos produtivos. Nesse contexto, os riscos de ocorrência dos acidentes de trabalho constituem uma frequente preocupação para as instituições e os trabalhadores, por constitui-se uma atividade que tem maior relação com as condições de vida e saúde do homem, (CARVALHO, 2014).

Esta preocupação vem aumentando gradativamente entre os trabalhadores de saúde, especificamente na enfermagem que estão constantemente expostos aos riscos laborais em seu ambiente de trabalho, que podem ser compreendidos como uma ou mais condições do processo de trabalho com o potencial necessário para causar danos, rompendo com o equilíbrio físico, mental e social dos trabalhadores (BESSA, 2010; BRASIL, 1995).

Considerando que o trabalho constitui-se uma ação transformadora, especificamente na área da saúde pela identidade de natureza entre os prestadores e os sujeitos que recebem a assistência além da indissociabilidade entre o processo de produção e o produto do trabalho. Nesse sentido, a literatura afirma que os trabalhadores de enfermagem estão expostos a um conjunto de situações de risco na execução de seu trabalho cotidiano, que podem gerar acidentes e/ou doenças ocupacionais.

No ambiente de trabalho da enfermagem são identificados problemas complexos, informações às vezes escassas ou bloqueadas, recursos limitados, conflitos pessoais que podem desmobilizar-se na execução da empreitada de gestão de risco. Por isso, não será o gestor de risco responsável por todos os riscos institucionais (SILVA, 2009). Ele deverá garantir que aqueles identificados, sejam também geridos como elemento estratégico de segurança profissional na atenção básica. Portanto, a gestão de risco é um processo fundamental e poderoso no hospital e na atenção básica que estima a relação: qualidade/segurança e competências, controlando, orientando e monitorando a maioria dos cuidados prestados diretamente ao paciente.

No tocante a responsabilidade da equipe de enfermagem, nos dias de hoje, se observa que, embora os profissionais estejam convencidos da relevância da adoção de medidas de biossegurança para prevenção de riscos e agravos a saúde, principalmente do uso de equipamentos de proteção individual (EPI), pela importância que lhe são atribuídos no ensino de enfermagem e nas instituições de saúde, muitos profissionais não utilizam essas medidas de precaução

no desempenho de suas atividades cotidianas, quer seja por desconhecimento, esquecimento ou por falta de recursos disponíveis (BRASIL, 1994).

Justifica-se a realização deste trabalho, mediante esta problemática e a carência de estudos dirigidos aos riscos e as causas de adoecimento dos trabalhadores de enfermagem, principalmente os inseridos na atenção primária. Teve como objetivos analisar os riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho que interferem na saúde dos trabalhadores de enfermagem que atuam na atenção básica no município de João Pessoa-PB; identificar quais as medidas adotadas por estes trabalhadores na prevenção dos riscos ocupacionais que afetam sua saúde e segurança; caracterizar o perfil socioprofissional dos participantes deste estudo e investigar se os trabalhadores de enfermagem utilizam do protocolo de implantação do acolhimento com classificação de risco (ACR) no contexto do SUS.

METODOLOGIA

Configura-se uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, desenvolvida em 18 unidades de saúde distribuídos na rede pública do município de João Pessoa – PB. A investigação envolveu 50 trabalhadores da equipe de enfermagem em exercício nos Distritos Sanitários II, III, e IV, de acordo com os critérios estabelecidos nesse estudo, perfazendo um total de 17 enfermeiros, e 33 técnicos de enfermagem.

Os dados foram coletados pelos pesquisadores nas unidades de saúde, observando à Resolução n° 466/2012 do Ministério da Saúde que regulamenta a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, no período de setembro a dezembro de 2017, no turno da manhã e tarde. Para a coleta de dados utilizou-se um instrumento composto de duas partes: primeira parte contemplando as variáveis referentes ao perfil socioprofissional dos participantes, e a segunda parte com as variáveis acerca dos riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho, as medidas de prevenção de agravos adotadas pelos trabalhadores de enfermagem, e se eles operam com base no protocolo de acolhimento com classificação de risco (ACR) conforme a Política Nacional de Humanização (PNH) SUS, no seu local de atuação.

Para a análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva a qual permitiu uma visão global da variação desses valores, organizando e descrevendo os dados por meio das frequências simples e porcentagens de trabalhadores de enfermagem obtida pelo Software Man, com o percentual de 5% de erro de amostragem, e por acessibilidade do pesquisador aos participantes, considerando os critérios estabelecidos para este estudo. Nessa etapa, os pesquisadores fizeram inferências, com a

interpretação dos dados com base em outros estudos de riscos ocupacionais realizados na atenção básica (NUNES *et al*, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos acerca da caracterização socioprofissional e dos riscos a que os trabalhadores da equipe de enfermagem estão expostos no ambiente de trabalho, permitiu maior compreensão sobre a importância do gerenciamento de risco nas unidades de saúde da rede do SUS, e da utilização do protocolo de acolhimento com classificação de risco (ACR) nas unidades de saúde no município de João Pessoa-PB.

Para caracterização dos participantes desse estudo destacaram-se as seguintes variáveis: Categoria profissional, gênero, faixa etária e tempo de serviço na unidade de saúde como ilustra a Tabela 1, a seguir:

Quadro 1- Características socioprofissionais dos Trabalhadores de Enfermagem das Unidades de Saúde pesquisadas. João Pessoa-PB, 2018.

(Amostra 50)

PERFIL SOCIO PROFISSIONAL		Enfermeiro		Técnico de Enfermagem	
		Nº	%	Nº	%
GÊNERO	Feminino	13	30	43	86%
	Masculino	4	3	7	14%
FAIXA ETÁRIA	< 30 anos	1	3	4	8%
	31 a 40 anos	5	9	14	28%
	> 40 anos	11	21	32	64%
TEMPO DE SERVIÇO NA ATENÇÃO BÁSICA	0 a 5 anos	3	13	16	32%
	6 – 10 anos	6	8	14	28%
	>10 anos	8	12	20	40%

Fonte: Dados da pesquisa.

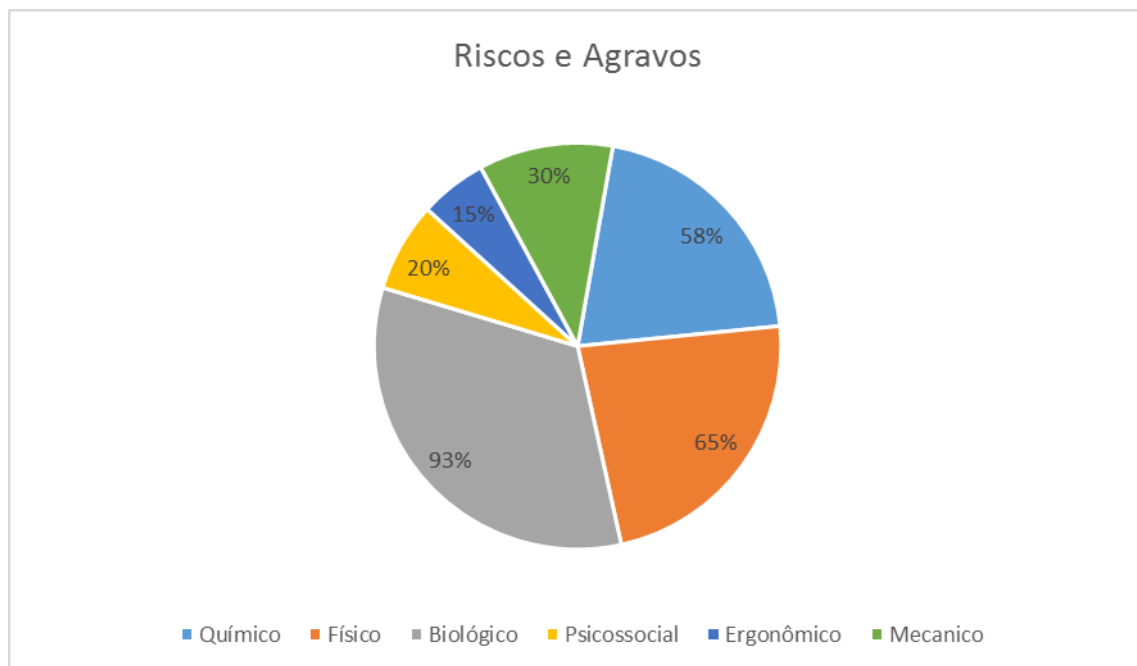
Na análise do perfil dos participantes do estudo, observou-se que, na prática cotidiana nas unidades de saúde a equipe de trabalhadores de enfermagem está exposta aos riscos ocupacionais independentes de gênero, faixa etária e

tempo de serviço no local. Considerando que estes trabalhadores encontram-se numa faixa etária mais avançada, e com bastante tempo de serviço, supõe-se que conheçam os riscos no ambiente de trabalho e adotem as medidas de prevenção para sua segurança e dos usuários do serviço.

1. Riscos e agravos à saúde do trabalhador de enfermagem na Atenção Básica de Saúde

O objetivo desta variável foi caracterizar os riscos e agravos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho que interferem na saúde dos trabalhadores de enfermagem. Com base nos dados obtidos, constatamos que, os enfermeiros e técnicos de enfermagem que trabalham na atenção básica estão expostos a diversificados riscos, entre eles, os causados por agentes biológicos, químicos, físicos, e os riscos mecânicos, ergonômicos e psicológicos, como ilustra o gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1- Riscos ocupacionais identificados na atenção básica, segundo os participantes. João Pessoa, 2018. (Amostra 50)



Fonte: Elaboração própria.

Na análise do gráfico 1 verificou-se entre os trabalhadores de enfermagem das unidades básicas de saúde pesquisados, que os riscos ocupacionais aos quais à equipe de enfermagem está exposta são equivalentes aos riscos encontrados no âmbito hospitalar, o que acarreta mais prejuízo na vida desse profissional, pois a rede hospitalar adota o protocolo de classificação de risco o que determina o nível cuidado a ser

ofertado ao paciente, e determina quão risco aquele paciente apresenta no momento de ser cuidado. Enquanto que, grande parte das unidades de saúde não aderiu ao protocolo, o que deixa o profissional exposto a diversas patologias provocando maior risco para sua saúde (SILVA, 2015; PEREIRA, 2017).

Com relação aos riscos biológicos, nas unidades de saúde constatou-se que essa relação está ligada diretamente a realização de procedimentos como aplicação de vacinas, curativos, coletas de sangue e de citológico. Em consonância com os estudiosos, os riscos biológicos são representados pelo contato com agentes biológicos infecciosos (sangue, fluidos corpóreos e outras secreções contaminadas por microrganismos patogênicos, manipulação de medicações e de vacinas), estão relacionados com as formas de organização do trabalho, pois estas influenciam na exposição dos trabalhadores de saúde a estes riscos (ARAÚJO, 2015).

É evidente que a equipe de enfermagem está em constante risco, visto que suas atividades profissionais envolvem o contato com sangue e outros fluidos corpóreos, além da manipulação rotineira de materiais perfuro-cortante. Além disso, ressalta-se o uso dos EPIS (equipamento de proteção individual) de forma inadequada podendo ocasionar um maior risco de acidente com o profissional (SOUSA-UVA, 2013).

Em relação à exposição aos riscos químicos nas unidades é importante mencionar que, os riscos químicos podem ser definidos como sendo aqueles ocasionados por substâncias, compostos ou produtos químicos que possam penetrar no organismo através das vias respiratórias (poeira, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores), ou que pelo tipo de atividade e exposição, pelo contato, ou absorvidos pelo organismo através da pele ou ingestão.

No tocante aos riscos físicos, grande parte dos participantes deste estudo apontou como problema, a inadequação das salas de acolhimento e de realização de procedimento (excesso de calor), que dificulta tanto o trabalho profissional quanto a comodidade do usuário. Verificaram-se também, problemas como infiltrações nas salas, oferecendo risco de desabamento do teto, ruídos, iluminação, extremos de temperaturas, infraestrutura inadequados constituindo-se principais fatores de risco que afetam a integridade física, mental e social dos envolvidos no processo. Nesse sentido, a literatura enfatiza que há uma preocupação contínua com as condições ambientais de trabalho, e isto vem ocupando um destaque nos atuais instrumentos de Política de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) nas instituições nacionais (LIMA, 2015).

Quanto aos riscos psicológicos na visão dos pesquisadores, estes podem estar relacionados com a fadiga e a tensão, falta de controle sobre o trabalho, jornada dupla de trabalho por motivo de mais de um vínculo empregatício, horas extras, dobras de plantão, falta de qualificação do trabalhador, repetição de tarefas e ritmo acelerado de trabalho. Nesse contexto, alguns estudiosos referem à relação entre o desgaste no trabalho, como consequência de elevadas demandas psicológicas acrescidas ao baixo controle do trabalhador sobre as atividades de trabalho (BRASIL, 2010).

Com relação aos riscos mecânicos e/ou ergonômicos relacionados com atividades que envolvem movimentos repetitivos, posturas inadequadas em consequência da flexão inapropriada da coluna vertebral, especialmente na ação de movimentação e transporte do paciente, ou decorrentes de outras demandas assistenciais que exigem maiores esforços físicos dos profissionais, podendo ocasionar alterações importantes, tais como, fraturas, lombalgias, surgimento de varizes, e muitos outros comprometimentos musculoesqueléticos (BESSA, 2010).

2. Medidas de prevenção de riscos adotadas pelos participantes nas Unidades de Saúde

O objetivo desta variável foi identificar as medidas adotadas por trabalhadores de enfermagem na prevenção dos riscos ocupacionais que afetam à sua saúde. Com base nos dados obtidos, observamos que todos os profissionais adotam como principal medida a utilização dos equipamentos de proteção individual – EPIS. Do total de participantes, 10% afirmaram que como meio de prevenção de agravos psicossociais buscam realizar um atendimento tranquilo para evitar problemas com alguns pacientes, 15% dos profissionais buscam atender solicitação para avaliação do ambiente da unidade de saúde para que sejam realizadas as devidas adequações estruturais, e 10% destes relataram que também utilizam as práticas integrativas e complementares do SUS como meio de prevenção principalmente a agravos ergonômicos e psicossociais.

Na literatura pesquisada os EPIS são definidos como dispositivos de uso individual destinados a proteger a integridade física do trabalhador, incluindo luvas, protetores oculares ou faciais, protetores respiratórios, aventais e proteção para os membros inferiores. De acordo com a recomendação de diferentes órgãos, os empregadores são obrigados a fornecer os EPIS adequados ao risco que o profissional está exposto e a realizar no momento da admissão do funcionário, e de forma periódica, programas de treinamento dos profissionais quanto à sua correta utilização (BRASIL, 1994).

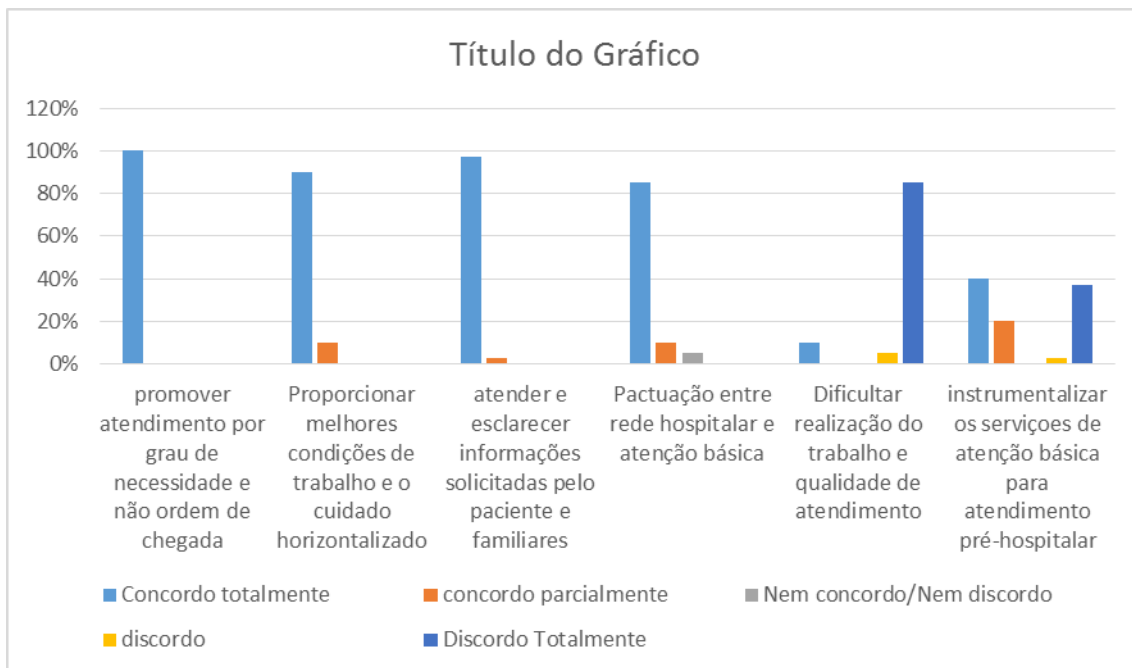
Na opinião dos pesquisadores, a utilização dos EPIS pelos trabalhadores de enfermagem é de extrema importância para a prevenção de riscos ocupacionais associados ao manuseio de equipamentos perigosos, a exposição a agentes infecciosos, a fatores de natureza física, e de outros problemas, como contato com fluidos de pacientes principalmente na realização de atividades mais invasivas, servindo assim tanto para sua proteção individual quanto para proteção do usuário/ paciente.

É importante destacar que em caso de acidente no ambiente de trabalho, as principais medidas adotadas segundo os participantes, consistem na notificação e encaminhamento ao hospital de referência conforme o protocolo hospitalar já estabelecido. Portanto, esse processo é relevante, pois dependendo da situação de acidente ocupacional que ocorra, os cuidados imediatos são fundamentais para prevenir maiores agravos ao acidentado, evitando assim, maiores complicações e reestabelecendo o processo de saúde.

3. Protocolo de Acolhimento e classificação de risco (ACR) no contexto da Política Nacional de Humanização (PNH) SUS

O objetivo desta variável foi identificar se os profissionais de enfermagem das unidades de saúde atuam de acordo com o protocolo de acolhimento e classificação de risco, recomendados pelo SUS. Para alcançar esse objetivo formulou-se 6 questões, para o entrevistado marcar numa escala o nível de concordância com este protocolo no seu local de trabalho. Como ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2- Utilização dos protocolos de acolhimento e classificação de risco, segundo os participantes. João Pessoa-Pb, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor

Na análise do Gráfico 2 observou-se elevado nível de concordância (62%) dos profissionais que utilizam o protocolo de acolhimento e classificação de risco, recomendados pelo SUS no seu local de trabalho. Enquanto que 38% dos entrevistados referiram que ainda não atuam conforme o protocolo. Inferiu-se que aqueles que utilizam o referido protocolo, mesmo estando em um processo de crescimento lento com relação à implantação do acolhimento com classificação de risco nas unidades básicas de saúde, buscam assegurar um acolhimento adequado favorecendo a população abrangente daquela área.

Considerando que o acolhimento também é entendido como um modo de operar os processos de trabalho em saúde de forma a atender todos que procuram os serviços de saúde, ouvindo seus pedidos e assumindo no serviço uma postura capaz de acolher, escutar e pactuar respostas mais adequadas aos usuários (RONCATO, et al 2012).

Nesse sentido, compreende-se que o acolhimento deverá ocorrer em todas as unidades de saúde por ordem de chegada, mesmo ocorrendo divergências acerca da avaliação de risco, o que aponta a real necessidade dos gestores e profissionais de saúde rever suas práticas e conceitos para viabilização de um acesso com equidade e resolutividade.

CONCLUSÃO

Pelos resultados obtidos nesse estudo constatou-se que os trabalhadores de enfermagem da rede de atenção básica estão expostos

às situações de risco e agravos de diferentes naturezas, que podem afetar a saúde e o desempenho dos mesmos no processo do cuidado, comprometendo a qualidade da assistência.

Segundo os participantes, todos utilizam EPIS como principal medida de prevenção de riscos e agravos a saúde do trabalhador. Além disso, adotam as práticas integrativas e complementares do SUS como meio de prevenção dos agravos ergonômicos e psicossociais. Verificou-se também, que grande parte dos entrevistados segue o protocolo de Acolhimento e Classificação de risco (ACR) no contexto da Política Nacional de Humanização (PNH) SUS, garantindo um acolhimento adequado ao usuário no seu local de atuação.

Neste cenário, uma das formas de contribuir para melhorar a qualidade de vida e saúde do trabalhador de enfermagem consiste na implementação do sistema de gestão de risco na atenção primária de saúde. Considerando que a gestão de risco e segurança do usuário e a situação de risco relacionada ao trabalho e ocorrência de acidentes na atenção primária à saúde, ainda é pouco considerada. Portanto, os trabalhadores da equipe de enfermagem na atenção básica ao prestarem assistência ao usuário, estão expostos a eventos adversos, erros e riscos relacionados com o labor, que podem ser causados por fatores químicos, físicos, mecânicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais.

Recomenda-se que o trabalhador conheça os principais riscos aos quais estão expostos no local de trabalho para adotar as medidas preventivas adequadas de biossegurança, sendo necessário desenvolver um programa de gestão de risco e segurança para vencer os obstáculos à adesão de precauções padrão. Além dessas medidas, é essencial que busquem formas para modificar suas condutas e atitudes, e que estejam preparados para enfrentar mudanças com o intuito de amenizar problemas aos quais estão expostos cotidianamente, através da aquisição do conhecimento de seus direitos e deveres para que consigam trabalhar com mais segurança e menos danos para sua saúde.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. N. P. Os Riscos Enfrentados Pelos Profissionais de Enfermagem no Exercício da Atividade Laboral. **Rev. Enferm. Contemp.** v.4, n.2, p.237-243, 2015. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/522/551>

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 9: programa de prevenção de riscos ambientais. Portaria SSST nº 25 de 29/12/1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à saúde. Departamento de normas técnicas. Brasília: Ministério da Saúde, 1995.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BESSA, M. E. P.; ALMEIDA, M. I. D. E; ARAÚJO, M, F. M; et al. Riscos ocupacionais do enfermeiro atuante na Estratégia Saúde da Família. **Rev. enferm. UERJ.**; v.18, n.4, p.644-49. 2010. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v18n4/v18n4a24.pdf>

CARVALHO, G. M. Enfermagem do Trabalho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

MAGALHÃES, A. M. M.; DALL'AGNOL, C. M.; MARCK, P. B. Carga de trabalho da equipe de enfermagem e segurança do paciente: estudo com método misto na abordagem ecológica restaurativa. **Rev Latino-Am Enfermagem**, v. 21, n.1, p.146-154, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692013000700019&script=sci_arttext&tlng=pt

LIMA, A.; MAGNAGO T. S. B. S.; PROCHNOW A.; et al. Fatores associados à dor musculoesquelética em trabalhadores de enfermagem hospitalar. **Rev Enferm UERJ.**; v.22, n.4, p.526-532, 2015. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v22n4/v22n4a15.pdf>

NUNES, M. B. G. et al. Riscos ocupacionais dos enfermeiros atuantes na Atenção à Saúde da Família. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro.; v.18, n2, p.204-9, Abr/Jun 2010. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v18n2/v18n2a07.pdf>

PEREIRA, M. R. Gestão de riscos e auditoria na área de saúde. Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Risco nas Aquisições. Foz do Iguaçu - PR, 2017.

RONCATO, P. A. Z. B.; et al. Acolhimento com classificação de risco na estratégia de saúde da família. **Rev. AMRIGS**, v. 56, n. 4, p. 308-13, 2012. Disponível em: <http://www.amrigs.org.br/revista/56-4/1048.pdf>

SILVA A, ASCARI, R. A. Riscos ocupacionais da equipe de enfermagem inserida na atenção básica de saúde. **Rev UNINGÁ.**; v.22, n.2, p.16-21, 2015. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20150501_153810.pdf

SOUSA-UVA, A.; SERRANHEIRA, F. Trabalho e Saúde/Doença: o desafio sistemático da prevenção dos riscos profissionais e o esquecimento reiterado da promoção da saúde. **Rev Bras Med Trab.** v.11, n.1, p.43-9, 2013. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20150501_153810.pdf